



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## DESAFIOS ATUAIS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Cintia Neves Godoi<sup>1</sup>

Sandro Luiz Bazzanella<sup>2</sup>

### Sessão Temática :ST-11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

---

*Resumo. A agenda do desenvolvimento brasileiro se estrutura a partir do início da sistematização ou aceleração de seu processo de industrialização. Nos diferentes períodos da história do país é possível perceber oscilações teóricas, conceituais e também no crescimento, aceleração e decrescimento e perda de forças do processo de industrialização. No presente artigo o objetivo se coloca como compreender quais são os desafios atuais da agenda do desenvolvimento. Para tanto, a perspectiva histórica, discursiva e conceitual se coloca como instrumento metodológico para conhecer de que maneira a agenda do desenvolvimento se estrutura, como oscila, e chega na atualidade com novo fôlego, novos desafios, e, no entanto, com antigo enredo de horizonte utópico.*

---

*Palavras-chave: desenvolvimento, oscilações conceituais, agenda, horizonte utópico*

### Current challenges on brazilian development

---

**Abstract.** *The Brazilian development agenda is structured from the beginning linked to the systematization or acceleration of brazilian industrialization process. In the different periods of the country's history it is possible to perceive theoretical and conceptual oscillations and also in the growth, acceleration and decrease and loss of strength of the industrialization process. In this paper, the objective is to understand what are the current challenges of the development agenda. Therefore, the historical, discursive and conceptual perspective is placed as a methodological instrument to know how the development agenda is structured, how it oscillates, and arrives at the present time with new impetus, new challenges, and, however, with an old plot of utopian horizon.*

*Keywords: development, conceptual oscillations, agenda, utopian horizon*

### Desafíos actuales del desarrollo brasileño

---

<sup>1</sup>Docente Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional - Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA E-mail: cintia.godoi@unialfa.com.br

<sup>2</sup> Docente Doutorado e Mestrado em Desenvolvimento Regional - Universidade do Contestado - UNC - E-mail: sandro@unc.br

**Resumen.** *La agenda de desarrollo brasileña se estructura desde el inicio de la sistematización o aceleración de su proceso de industrialización. En los diferentes períodos de la historia del país es posible percibir oscilaciones teóricas y conceptuales y también en el crecimiento, aceleración, decrecimiento y pérdida de fuerza del proceso de industrialización. En este artículo, el objetivo es comprender cuáles son los desafíos actuales de la agenda de desarrollo. Por tanto, la perspectiva histórica, discursiva y conceptual se sitúa como instrumento metodológico para conocer cómo se estructura la agenda del desarrollo, cómo oscila y llega al presente con nuevos ímpetus, nuevos desafíos y, sin embargo, con una vieja trama de horizonte utópico.*

*Palabras clave:* desarrollo, oscilaciones conceptuales, agenda, horizonte utópico

## **Introdução**

Para situar os desafios atuais da agenda do desenvolvimento neste início da terceira década do século XXI no Brasil, faz-se necessário considerar alguns movimentos em direção aos debates sobre desenvolvimento, ocorridos na cena intelectual, acadêmica, partidária e governamental entre as décadas 40, 50 e 60 do século XX. A compreensão dos desafios atuais do desenvolvimento requer o reconhecimento das principais tendências, debates, tensões e contradições sobre propostas de desenvolvimento gestadas, implantadas e que sofreram solução de continuidade ao longo do século XX e, que continuam a nos “assombrar” em suas urgências nestas primeiras décadas do século XXI.

Mais especificamente, trata-se de revisitar aspectos das demandas do desenvolvimento brasileiro anunciadas pela CEPAL, pelo ISEB e, pelas variações da “Teoria da Dependência”. Seja ela a Teoria da Dependência Marxista, cujos principais representantes são Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, André Gunter Frank. Da Teoria da Dependência Associada cujos principais formuladores foram Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Vânia Bambirra, ou da Teoria da Nova Dependência, cujo principal representante é Luiz Carlos Bresser Pereira.

Da Teoria da Dependência Marxista advém na atualidade a demanda e, ou desafio por compreender a dinâmica geopolítica em curso e sua correlação de forças que orienta, senão determina a divisão internacional da produção, do trabalho, do consumo e, de que forma ela incide nos países periféricos. Nesta perspectiva, os indicativos sugerem que a “condição” do Brasil é manter-se na condição de país de desenvolvimento médio, porém periférico. Isto significa absorver tecnologias industriais obsoletas dos países desenvolvidos e consumir tecnologia de massa produzida pelos centros produtores mundiais. Ainda nesta direção, trata-se de manter e estimular a produção e venda *in*

---

*natura de comodities*, cujos preços são controlados pela dinâmica financeira global.

Deste desafio à agenda do desenvolvimento brasileiro resulta trágico reconhecer que Estados que ousam implementar projetos cujo fim último almejava, ou almeja ao desenvolvimento nacional com justiça social e soberania são submetidos a sanções internacionais, às guerras híbridas, a instabilidade institucional e social por meio de processos de fascistização social e política. Neste cenário, governos legitimamente eleitos são depostos, projetos sociais são desativados, direitos trabalhistas e sociais são sequestrados pela estratégia fascista que visa garantir a lógica de acumulação do capital das elites subservientes nacionais ao capital especulativo financeirizado.

Por seu turno, a Teoria da Dependência Associada analisa os limites de constituição de uma burguesia nacional com consistência suficiente para assumir um projeto de desenvolvimento nacional soberano. Ou dito de outra forma, no Brasil a constituição das elites políticas e econômicas nacionais têm nas oligarquias agrárias de origem colonial e escravista um importante segmento econômico, conformando na atualidade grupos de coalização de poder vinculados a determinados setores produtivos. O setor que advém da produção de alimentos se configura como um dos grupos, embora heterogêneo, em função de suas origens históricas é um segmento articulado, submetido e, ao mesmo tempo beneficiado em suas relações econômicas com mercados internacionais e, por conta disto de costas as urgências e necessidades de desenvolvimento nacional.

Nesta quadra, a burguesia nacional não reúne as condições econômicas e políticas para uma “revolução” efetivamente burguesa. Em desconforto diante das pautas e reivindicações populares faz acordos pontuais com as oligárquicas, mas sobretudo, mantêm-se subserviente aos acordos e contratos com as elites internacionais e/ou globais para manutenção de seus interesses privados. Diante deste cenário, a condição de desenvolvimento do Brasil vincula-se nos limites da dependência de suas elites agrárias e burguesas aos interesses internacionais e/ou globais determinantes. Arranjos sociais, políticos e econômicos são produzidos constantemente para preservar a dinâmica de desenvolvimento emergente do país, salvaguardando os interesses econômicos e políticos estratégicos das elites nacionais e internacionais.

Diante dos desafios expostos à agenda do desenvolvimento no Brasil atualmente advindos de algumas das contribuições da Teoria do

---

Desenvolvimento de orientação marxista, cabe reconhecer talvez como principal desafio a necessidade de superar a ideologia do desenvolvimento imposta como verdade e como método, como único caminho possível para aos povos periféricos como ideal de organização social burguesa assentada na lógica da acumulação desregrada do capital.

Se por um lado, trata-se de considerar abandonar a ideologia do desenvolvimento, trata-se por outro lado, de reconhecer a partir da vida e das formas de organização dos povos originários deste país, bem como das classes populares a necessidade de situar outras experiências de organização social que estejam comprometidas com a produção e distribuição igualitária dos bens necessários à manutenção e promoção da vida. Ou dito de outro modo, trata-se de reconhecermos nossa condição de povos colonizados, violentados e, submetidos a lógica da escravidão permanente na reprodução do modo de produção e de vida burguês.

Para este exercício de reflexão crítica acerca dos desafios atuais da agenda do desenvolvimento brasileiro, portanto, se faz necessário conhecer e compreender as principais referências vinculadas ao pensamento sobre desenvolvimento no Brasil, como se forma, e se constituem, como se desdobram a partir de 2000, especialmente considerando como marco os governos de Luís Inácio Lula da Silva e os avanços em direitos sociais, e o marco do retorno ao debate sobre planejamento e desenvolvimento.

Neste sentido, a primeira parte deste trabalho versará sobre a construção do pensamento sobre desenvolvimento de 1940 a 1980, a segunda parte abordará a pouca expressividade das discussões de planejamento e desenvolvimento entre 1980 e 2000, e a retomada da discussão a partir dos governos Lula, e a terceira parte abordará os limites e desafios atuais após 2014. Ao final serão apresentadas considerações e sugestões para novos estudos.

## **1. O “Desenvolvimentismo” como caminho para o Desenvolvimento: o Brasil de 1940 a 1980.**

Para Bielchowsky (2000) em sua obra "Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo" inicia sua argumentação apontando que as décadas de 30, 40 e 50 são o período de implantação do sistema industrial brasileiro. Nesta direção, argumenta o referido autor que apresentar uma história do pensamento econômico brasileiro requer situar

---

como núcleo analítico o "sistema desenvolvimentista". O pensamento econômico brasileiro, portanto, estava politicamente engajado na discussão do processo de industrialização brasileira, e o conceito-chave que organiza estas ideias e concede unidade ao referido debate era o termo "desenvolvimentismo".

No trabalho em questão, o autor considera desenvolvimentismo a partir de pontos fundamentais como a industrialização, situada como forma de superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Os desenvolvimentistas consideravam que no Brasil não havia formas de alcançar esta industrialização sem intervenção do Estado como planejador e, como investidor. O planejamento, portanto, deveria captar recursos, ordenar a industrialização bem como definir as formas de expansão, os setores a serem financiados e, os instrumentos necessários à promoção das atividades industriais para alcance dos resultados projetados.

No entanto, nestas definições não havia consenso. Bielchowsky (2000) reconhecia ao menos cinco formas de pensamento envolvidas nas disputas teóricas e políticas relativas ao presente e ao futuro do desenvolvimento brasileiro com relação à intervenção do Estado no estabelecimento do padrão de crescimento econômico via indústria.

Das correntes de pensamento que vislumbravam compreender e sugerir formas de ação política, social e econômica para alcançar o desenvolvimento, Bielchowsky (2000) argumenta sobre as variantes do desenvolvimentismo, que ele denomina como representadas por aqueles que consideravam a importância do setor privado na construção do processo de industrialização, entre eles; b) o setor público não nacionalista, pois via no setor privado a liderança do processo.

Além destas abordagens, se apresentava já àquela época uma abordagem que o autor denominou como neoliberal, à direita do desenvolvimentismo, e uma abordagem socialista, à esquerda do desenvolvimentismo. Para criar estas definições o autor alega:

A dimensão histórica do pensamento econômico é tratada através da avaliação de seu conteúdo político, a qual, por sua vez, concentra-se na posição dos autores a respeito das principais questões da economia da época, isto é, no problema da industrialização, do planejamento, do capital estatal e do capital estrangeiro, da distribuição de renda, da reforma agrária, assim por diante. (Bielchowsky, 2000, p. 09)

---

A partir destas definições iniciais, contudo, Bielchowsky (2000) apresenta diferentes visões e propostas advindas de grupos de pensadores, acadêmicos, partidos políticos, burocratas, dentre outros que compuseram o cenário de discussão que existiu no período de 1930 a 1964. As disputas teóricas e políticas se concentravam em pensar as condições políticas, sociais e econômicas dos países desenvolvidos como referência aos países considerados subdesenvolvidos

Para o autor, a maior parte dos envolvidos nos debates se colocava contra pressupostos do liberalismo econômico. Neste contexto, a reflexão sobre o subdesenvolvimento se colocou como objeto de uma antiga disputa entre prerrogativas liberais e prerrogativas intervencionistas de matriz nacionalista e, mesmo socialista que tornaram países subdesenvolvidos objeto também destas análises. O autor em questão aponta que

"[...] a revolução keynesiana ajudou a estabelecer um clima teórico de rebelião contra as doutrinas liberais [...] Mas, a heterodoxia relativa à alocação de recursos em países subdesenvolvidos não significava apoio à intervenção do Estado para uso adequado de poupança ociosa, como no caso keynesiano, e sim a existência de protecionismo, planejamento e outras medidas governamentais [...]" (Bielchowsky, 2000, p. 12)

Em âmbito nacional, Bresser Pereira (2005) aponta três movimentos teóricos que apoiaram a discussão sobre desenvolvimento. Trata-se do Iseb, da Cepal e da Teoria da Dependência. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros - Iseb, vinculado ao Ministério da Educação reuniu um grupo de intelectuais na década de 1950 para refletir sobre os processos de industrialização e de desenvolvimento brasileiros. A Comissão Econômica para América Latina das Nações Unidas (Cepal), estruturada a partir do final da década de 1940 se dedicará aos problemas econômico, político e sociais na América Latina, e deu origem ao pensamento econômico estruturalista latinoamericano. Bresser alega que:

O Iseb e a CEPAL eram críticos do liberalismo econômico, que na Europa e nos Estados Unidos só se tornou dominante depois que o nacionalismo permitiu que construíssem seus Estados nacionais. Para seus intelectuais, o desenvolvimento dos países então subdesenvolvidos só seria possível se fosse fruto de planejamento e de estratégia, tendo como agente principal o Estado. (Bresser, 2005, p. 208)

---

No que diz respeito aos países subdesenvolvidos, Bresser (2005) aponta ainda que os países da América Latina estavam em pleno processo de expansão capitalista e nacional nos anos 1950 expresso na tentativa de constituição de uma indústria de base, de bens de consumo duráveis e, não duráveis a partir de poupança nacional, de êxodo rural e, por decorrência do estímulo ao crescimento de determinadas cidades, conformando as primeiras metrópoles e cidades médias do país, e complementa:

[...] o ISEB e a CEPAL salientavam, em primeiro lugar, que, a partir da aceleração do desenvolvimento industrial nos anos 30, a sociedade latino-americana deixava de ter uma organização bipolar simples, baseada em uma oligarquia dominante e uma massa rural, e passava por um processo de diferenciação que dava origem a classes médias burguesas e burocráticas modernas, cabendo a elas um papel-chave na liderança do desenvolvimento. (Bresser, 2005, p. 209)

Como principal resultado destas discussões se pode apresentar a afirmação da instituição CEPAL. Este órgão vinculado às Nações Unidas, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe se colocou como difusor da ideologia do desenvolvimento advindo dos países capitalistas desenvolvidos e instrumento de teorizações e conceituações sobre o fenômeno do desenvolvimento na América Latina como estratégia para o alcance do desenvolvimento.

A CEPAL e seus teóricos e representantes políticos e ideológicos foram responsáveis pela criação da abordagem denominada como estruturalista apresentando explicações sobre causas da inflação, problemas de balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que objetivava criar um discurso e instrumentalizar a aceleração do processo industrial na América Latina.

A CEPAL foi e ainda é objeto de estudo em diferentes áreas, por sua importância, projeção, projetos, teorias, conceitos e agentes técnicos, científicos e burocráticos que atuaram de maneira articulada em diferentes governos em países da América Latina.

Almeida Filho e Correa (2011) questionam se a Cepal, nos idos de 2010, ainda poderia ser considerada uma escola de pensamento, que consideram um status conferido por estudiosos das teorias do desenvolvimento. Os autores apresentam a CEPAL como:

[...] é uma das cinco Comissões Econômicas criadas em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da

---

América Latina, mediante a coordenação de ações econômicas destinadas a promover esse desenvolvimento, além de reforçar as relações dos países da região entre si e com os demais países do mundo. Essa missão inscreve-se no ideário mais amplo que orientou a criação das Nações Unidas, responsável pela consolidação do espaço supranacional em um espaço multilateral de governança política e, sobretudo, econômica. Portanto, a missão inscreve-se naquilo que poderia ser identificado como "os valores próprios da civilização ocidental". (De Almeida e Correa, 2011, p. 93)

Dentro das discussões sobre limites e papel do Estado, o fomento ao financiamento do desenvolvimento como função estratégica do Estado gerou o fenômeno de criação de Bancos de Desenvolvimento para financiar o setor privado em segmentos estratégicos. Torres Filho (2012) aponta que:

A partir dessa perspectiva, promoveu-se a criação de bancos nacionais de desenvolvimento (BD) em diferentes regiões do mundo entre os quais se destaca o caso brasileiro do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE, criado em 1952. As referidas instituições deveriam canalizar recursos internacionais e nacionais, em longo prazo, para promover a expansão da infraestrutura e da indústria moderna." (Torres Filho, 2012, p. 979)

Outro argumento que nos parece relevante, se trata da difusão de uma ideologia de orientação capitalista que fizesse frente ao pensamento de planificação advinda dos países da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Ou seja, tratava-se de vincular o planejamento ao desenvolvimento, fazendo com o que o projeto de desenvolvimento, sob orientação norte-americano se tornasse preponderante. Assim, se vislumbraria alcance de melhorias sociais, direitos sociais, via planejamento, mas com discussão acirrada sobre o papel intervencionista do Estado, suas possibilidades e, especialmente seus limites.

Vincular a discussão sobre o tamanho do Estado, ou a dinâmica que poderia ser alcançada, portanto, retirar de cena a planificação e o papel central do Estado apresentado pelo modelo soviético.

O foco no debate sobre aspectos vinculados à produção intelectual da Cepal parece ter comprometido as discussões sobre o modelo socialista de organização dos países. Mesmo assim, é importante fazer menção aos pensadores que chamaram atenção para o viés socialista da organização social, política e econômica dos Estados-nação, que se organizaram em partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro, e também em teóricos e intelectuais que se posicionaram como pensadores da Teoria da

---



Dependência, e do Projeto, como se pode reconhecer nos trabalhos de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Ignácio Rangel e outros.

No caso de Vânia Bambirra, a autora formula crítica à ciência social burguesa e, também à CEPAL, afirmando que esta tinha consciência da crise latino-americana, e do fracasso das suas próprias soluções à tentativa de superação dos obstáculos que se opunham ao desenvolvimento da América Latina. (Vânia Bambirra). A autora aponta:

Creemos que las equivocaciones de muchas de las interpretaciones que se han hecho del proceso de desarrollo latino-americano se deben, no a las limitaciones de los “datos disponibles”, sino principalmente a las deficiencias de las concepciones metodológicas, generalmente utilizadas que produjeron teorías cuyo objetivo es, en el fondo y más que nada, justificar cierto tipo de desarrollo en vez de intentar explicarlo. (BAMBIRRA, 1974, p. 07).

Como exemplo de desdobramentos de todas estas discussões e avanços territoriais da pesquisa sobre desenvolvimento se pode apresentar a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento, o BNDE. Fundado em 1952 no segundo governo ditatorial de Getúlio Vargas, o BNDE foi criado para financiar grandes empreendimentos industriais e de infraestrutura.

Barboza (2019) analisa a criação do BNDES e aponta que desde o início o objetivo da criação estava atrelado a concepção de um banco vinculado à infraestrutura nacional. Roberto Campos, um dos fundadores do BNDES, em entrevista alegou:

“A ideia original do BNDE era criar um órgão de financiamento da contrapartida. Quando se criou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, tinha-se em vista organizar um programa de reaparelhamento econômico, dado que a infraestrutura econômica brasileira tinha sido substancialmente delapidada durante a guerra pela escassez de importações e de investimentos. Delapidada em termos de sistema ferroviário, de sistema portuário e de sistema rodoviário”(Projeto Memória 30 anos, entrevista concedida em 27/03/1982).

Em termos de participação em outros setores como indústria, serviços, o BNDES inicia suas atividades também considerando e, conferindo suporte às atividades, mas com ênfase em infraestrutura, conforme Barboza (2019).

---

Entre 1952 e 1960, verifica-se que a participação da infraestrutura nas aprovações<sup>2</sup> do BNDES foi de 69,4%, o que representa mais de dois terços do total. Os demais setores participaram da seguinte forma: Indústria, 28,4%; Comércio/Serviços, 2,2%; e Agropecuária, 0%. Essa composição setorial estava claramente alinhada ao objetivo da criação do banco. (Barboza, 2019, p. 547 e 548)

O BNDES se coloca portanto, como estrutura bancária vinculada a apoiar o projeto de desenvolvimento do país, mas inicia suas atividades com impacto considerado pequeno, Barboza (2019) alega que o Banco tem "tamanho" módico entre os anos 1952 a 1956. A partir de 1957 a 1963 o banco dobrou de tamanho e a após 1974 a instituição passou a ter uma presença mais significativa na economia.

O Cedeplar se apresenta como desdobramento dos investimentos em desenvolvimento no Brasil. Trata-se do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, um órgão complementar da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, criado em 1967.

De acordo com De Paula (2016) em estudo sobre instituições de Minas Gerais, o estado descobriu cedo sua condição estratégica para desencadear processos de desenvolvimento, por consequência a importância das políticas públicas de planejamento como decisivas para processos ou projetos de desenvolvimento. O autor argumenta que o período de 1930 a 1980, ligado aos esforços de desenvolvimentismo, as tendências em Minas Gerais se fizeram presentes com atenção especial da atuação de uma Secretaria do Estado, a partir da qual, após 1930 ocorreram iniciativas de planejamento por arranjos institucionais inovadores para o momento. De Paula aponta que:

Mesmo depois de derrubada a ditadura Vargas, em Minas Gerais, no âmbito de governo tido por liberal, teve continuidade a valorização do papel do Estado e do planejamento, de que é exemplar o Plano de Fomento da Produção e Recuperação Econômica, de 1947, primeira tentativa de planejamento econômico sistêmico na esfera estadual no Brasil. (De Paula, 2016, p. 1076)

Estruturas diversas criadas no Estado de Minas Gerais, como o Banco de Desenvolvimento, secretarias especiais de desenvolvimento e economia, foram organizadas a partir da efervescência do debate sobre desenvolvimento no Brasil e América Latina. De Paula (2016) alega que:

Na verdade o papel da Face/UFMG no planejamento econômico de Minas Gerais e do Brasil é decorrência da

---

competência técnica instalada na Faculdade, do domínio da bibliografia pertinente sobre o tema, e da interação com instituições como o ISEB, o BNDE, a Cepal, o ILPES, que protagonizaram no Brasil o debate sobre o desenvolvimento, sobre o planejamento e sobre o papel do Estado na superação do subdesenvolvimento. (De Paula, 2016, 1077)

A partir da criação da Universidade Federal, do Banco do Estado de Minas Gerais (BDMG), foi organizada a criação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar.

No mesmo sentido vai a criação do Cedeplar, em 1967, por meio da iniciativa de economistas do BDMG, Fernando Reis, Álvaro Santiago, Élcio Costa Couto, que eram também professores da Face, e professores em tempo integral da Faculdade – Paulo Roberto Haddad, Carlos Maurício Carvalho Ferreira e José Alberto Magno de Carvalho. O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Cedeplar, órgão de ensino de pós-graduação e pesquisa, ligado à Face/UFMG torna-se referência regional, nacional e internacional em estudos e pesquisas sobre planejamento e desenvolvimento regional. (De Paula, 2016, p. 1079)

Os documentos históricos de criação do Cedeplar o articulam como vertente e continuidade da atuação da CEPAL. Dias (1969) aponta que o Cedeplar, inicialmente chamado de Ideplar (Instituto de Estudos e Planejamento Regional) resulta de acordo entre a Universidade Federal de Minas Gerais, o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDE e a Cepal. (De Paula, 2016, p. 134)

Em 1968 também tem início as atividades do departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Campinas - Unicamp. A Escola de Campinas se apresenta como representante de um diálogo crítico latino-americana para discussões sobre desenvolvimento.<sup>3</sup>

Desta maneira, a discussão do desenvolvimentismo no Brasil e na América Latina, como se pode perceber não apresenta regularidade, unicidade, ou ausência de divergências. Ao longo das décadas de 1930 até 1964 houve oscilação, divergências, posturas críticas, dentre outros aspectos. A partir da década de 1960, estas oscilações e divergências avançaram do campo teórico, conceitual para uma profunda crise política e social com desencadeamento de movimentos de fascistização das sociedades latino-americanas e brasileira,

---

<sup>3</sup> Para informações é possível conhecer a apresentação no endereço virtual oficial do Instituto no link a seguir: <https://www.eco.unicamp.br/instituto-economia/historico>

---

que culminaram em diversos golpes militares, inclusive no golpe civil-industrial-militar-ditatorial de 1964, que perdurou até 1984, sob certas perspectivas interpretativas e analíticas pode-se considerar vigente na atualidade.

"O desenvolvimento", que se tornara política de Estado dos Estados Unidos visava expandir o capitalismo como sistema pelo mundo, sistema que era integrado e que era preciso a todo custo manter bem integrado: deveria ser capaz de integrar a ele novas áreas,, sempre sob a direção e o comando do grande capital que promoveria esse projeto. Assim o sistema capitalista seria fortalecido e se consolidaria a hegemonia norte-americana nesta nova expansão mundial do capitalismo. Deste modo, o desenvolvimento é desenvolvimento do sistema, em nível mundial, que portanto, não admite nenhuma pretensão de autonomia." (Prado, 2015, p. 118)

Os movimentos em busca de desenvolvimento soberano na América Latina, portanto, foram cerceados brutalmente. E assim, as propostas de desenvolvimento se consolidaram no continente conduziram à integração dos países latinos de matriz majoritariamente norte-americana. Quanto as movimentações que se rebelaram contra aquele modelo foram reprimidas sob consolidação de ditaduras nos diversos países da América Latina.

Com a ausência da democracia liberal e, mais distante ainda da democracia participativa, debater os pressupostos do desenvolvimento do país, bem como, conceitos como planificação, planejamento, desenvolvimento, ficaram restritos à vozes autorizadas na América Latina e no Brasil, especialmente em ambientes militares e, poucos foram os professores e pesquisadores que puderam se manifestar, mesmo que em muitas situações de maneira censurada. A segunda fase do debate sobre desenvolvimentismo, poderia se caracterizar por desgastada e restrita, conforme se verá no próximo item do artigo.

## **2. O desgaste do desenvolvimentismo e a transformação da agenda de pesquisa sobre Desenvolvimento de 1980 a 2000.**

O debate sobre desenvolvimentismo perdeu força após o golpe de 1964, bem como se pode alegar o apagamento de perspectivas de esquerda sobre o debate a partir do golpe, e a manutenção de boa parte desta censura até para além de 1970, inclusive.

---

Fiori (2014) alega que

"Na década de 1960, a crise econômica e política da América Latina provocou em todo o continente uma onda de pessimismo com relação ao desenvolvimento capitalista das nações atrasadas. A própria Cepal fez autocrítica e colocou em dúvida a eficácia da sua estratégia de substituição de importações, propondo uma nova agenda de reformas estruturais indispensáveis à retomada do crescimento econômico continental." (Fiori, 2014, p. 220)

Toda a efervescência e conflitos gerados pelo debate sobre desenvolvimento também estão vinculados ao entendimento de que este poderia ser um processo, poderia ser uma forma de gerar concentração de riqueza em terras distantes dos países já enriquecidos por guerras e pilhagens. No entanto, desde o início das discussões conceituais sobre desenvolvimento capitalista era possível encontrar análises que consideravam este conceito como desdobramento de relações de poder. Weber em seus "Escritos Políticos I" argumentava que:

"[...] Em última instância, os processos de desenvolvimento econômico também são lutas pelo poder, e os interesses da nação pelo poder, quando questionados, são decisivos, derradeiros e devem ter a política econômica da nação a seu serviço. A ciência da política econômica é política. É uma servidora da política, não daquela cotidiana dos detentores do poder ou das classes dominantes em determinado momento, e sim dos permanentes interesses da nação, próprios de uma política de força. (Weber, 2013, p. 22)

No que diz respeito às estruturas vinculadas ao estímulo ao processo de desenvolvimento, estas também arrefeceram com a crise econômica e de ideias após os anos de entusiasmo com desenvolvimentismo. O BNDES, por exemplo, a partir da década de 1970 até meados de 1990 se colocou em condição problemática. Barboza (2019) alega que: "Entre 1979 e 1989 que compreende a década perdida – em que o país passou por recorrentes crises de balanço de pagamentos e um processo hiperinflacionário que só viria a ser debelado definitivamente em meados de 1994 o banco diminuiu em relação aos anos do II PND " (Barboza, 2019, p. 552)

Fiori em seu livro originado a partir de coletânea de textos sobre o desenvolvimento traz abertura do professor José Gabriel Palma da

---

Universidade de Cambridge que argumenta criticamente sobre a crise e o silenciamento das discussões sobre o desenvolvimento:

“A América Latina é uma região cuja imaginação social crítica ficou paralisada, passando de um período extremamente rico, durante as décadas de 1950 e 1960 – com as “teorias da dependência”, as análises do “capitalismo monopolista” de Baran e Sweezy, o estruturalismo francês, a escola historicista alemã de economia, a macroeconomia keynesiana e pós-keynesiana e as ideias de intelectuais próprios, como Mariatégui - , para outro intelectualmente estéril, depois da crise da dívida de 1982 e da queda do Muro de Berlim. Embora isso tenha acontecido na maior parte do mundo, na América Latina, os processos de reafirmação do capital e de declínio do pensamento crítico foram muito acentuados, enquanto o neoliberalismo – com suas sofisticadas tecnologias de poder e com suas políticas econômicas nada sofisticadas – conquistava a região, inclusive grande parte de sua *intelligentsia* progressista, tão completamente (e tão ferozmente) quanto a Santa Inquisição conquistou a Espanha – transformando os pensadores críticos numa espécie em extinção.” (Fiori, *apud* Palma, 2014 s.p)

Este esvaziamento das discussões e a não continuidade do fortalecimento das estruturas e instituições voltadas a estimular o desenvolvimento estão ligadas paralelamente aos processos de transformação social que ocorreram no Brasil, e também em âmbito regional (América Latina), senão mundial. Cabe destacar, que embora o pensamento sobre desenvolvimentismo tenha perdido força, o debate crítico e com setores da sociedade brasileira relativa ao desenvolvimento se fez presente.

O sociólogo Florestan Fernandes, como expoente do pensamento crítico sobre desenvolvimento considerou estas diferenciações existentes no Brasil, especialmente a organização das classes sociais e o processo de revolução burguesa que conformou uma sociedade diferente do que as teorias oficiosas preconizavam, quando não consideravam aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos constitutivos de uma determinada sociedade com toda sua diversidade é étnica e, por decorrência com sua múltipla cosmovisão, como a sociedade brasileira.

É possível apresentar um pouco do pensamento de Florestan Fernandes em sua obra *Capitalismo Dependente*, quando pondera:

O desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna. (Florestan Fernandes, 1973, p. 20)

---

Uma das teorias mais importantes naquele momento se apresentava nas ideias da Teoria do Imperialismo de Lênin<sup>4</sup>, que ecoava em partidos políticos e professores e pesquisadores, sobretudo de orientação comunista (PCB) e socialistas. Sobre este tema, Florestan Fernandes também argumenta: “O novo padrão de imperialismo é, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento nos países latino-americanos”. (Florestan Fernandes, 1973, p. 21).

Em seu livro “Capitalismo Dependente” o autor reuniu artigos que problematizam as formas de dominação externa, a conformação das classes sociais no Brasil e sua modernização. O sociólogo considerava que o desafio latino-americano e brasileiro se colocava não em como produzir riqueza, mas em como retê-la e distribuí-la para criar “pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna”. (p.20), pois compreendia que o padrão do imperialismo alcançado após a Segunda Guerra Mundial era destrutivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Fernandes aponta que o dilema latino-americano se apresenta em dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar “estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo” (p. 20) e, em segundo lugar o autor aponta a “dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia social, econômica e política nacional.” (Fernandes, 1973,p.21)

Para aprofundar a questão, Fernandes argumenta que dentre os principais dilemas brasileiros se apresentavam: 1. As estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo e 2. Dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. (p.26)

---

<sup>4</sup> Como é próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo, separar o *rentista*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentista* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de “poder” financeiro em relação a todos os restantes. Pode-se avaliar a dimensão deste processo através dos dados estatísticos das emissões de toda a espécie de valores. (LÊNIN, 2011, p. 176)

---

Cabe ressaltar a existência de distinções nas Teoria da Dependência, com pensadores, ativistas que consideravam as relações de dependência em diferentes especificidades. Theotônio dos Santos, por seu turno, aponta três formas históricas de dependência, a saber: 1. a dependência colonial, comercial-exportadora, 2. a dependências financeiro-industrial que se consolidou no século XIX, e 3. a dependência tecnológico-industrial do período do pós-guerra exercida através das empresas multinacionais. (Santos, 1970)

Ainda com relação à Teoria da Dependência, Bresser (2005) aponta ao menos três vertentes, uma considerada original e marxista. Outra intitulada: teoria da dependência associada e a terceira de autoria do economista em questão, denominada nacional-dependente. Importante dizer que após estes estudos Bresser também apresenta uma visão de Novo-Desenvolvimentismo.<sup>5</sup>

Neste sentido, Bresser apresenta que as potências imperialistas não se opunham à industrialização, pelo contrário, estimulavam em certos setores e aspectos a modernização e, com isso impediam a busca por autonomia ao cooptar grupos que passam a ser uma elite local, regional, senão nacional, subserviente às elites internacionais.

Ao início da década de 1990 os discursos do neoliberalismo (especialmente com uso do termo globalização) que já haviam sido germinados anteriormente, tomam forma e alcançam países, governos e instituições.

Em seu livro, “Por uma outra globalização”, Milton Santos (2000) apresentou três formas de enxergar os processos apresentados como integração entre os povos: a globalização como fábula, a globalização como perversidade e como poderia ser. Na apresentação da globalização como fábula, o autor aponta a difusão de uma noção de tempo e espaço contraídos, como se o mundo tivesse se tornado para todos, para alcance de todos, mas apresentando um mercado avassalador, que se expõe como global, como capaz de homogeneizar o planeta. Quanto a globalização como perversidade aponta justamente o aprofundamento das desigualdades, das diferenças e do acesso no espaço.

Para dar conta desta criação de globalização como fábula também se fala na morte do Estado, no apagamento das discussões sobre o poder, sobre a centralidade do Estado. Mas, o que se constata é o fortalecimento do Estado

---

<sup>5</sup>O chamado “novo-desenvolvimentismo” é justificado, por seus defensores, a partir de políticas macroeconômicas diferenciadas, mas a concepção desenvolvimentista que une antigos e novos defensores tem raízes teóricas comuns. Em particular, destaque-se que a concepção de estado ativo na persecução do desenvolvimento econômico e social é comum às duas versões e criticada pelos ortodoxos neoliberais, e decorre de uma percepção econômica e especialmente monetária diferente da ortodoxia. (MOLLO; FONSECA, 2013, p. 223)

---



para atender finanças e grandes interesses internacionais. O Estado não perde forças, ele acirra seu papel de atender interesses elitistas em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna crescentemente mais difícil.

Em "O País Distorcido", Milton Santos (2002) aponta que a guerra dos lugares vai assumir a disputa para atrelar as localidades aos pontos centrais da economia global, fazendo o papel do Estado deixar de ter função de articular o país, e se tornar articulador de suas localidades à economia das elites.

[...] A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas devido apenas à estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser um atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferente valor. A guerra fiscal, é na verdade, uma guerra global entre lugares. (Santos, 2002, p.88)

Brandão (2016) apontou que o Brasil ao longo da década de 1990 se especializou, portanto, nesta especialização de lugares e de regiões, aprofundando estruturas para exportação e paralelamente diminuindo as atividades de industrialização.

Seguiu-se um processo de perda de participação e de desindustrialização na estrutura produtiva mais complexa e completa, no coração industrial do país (São Paulo e Sudeste); expansão do agronegócio exportador, com ocupação e urbanização acelerada do Centro-Oeste brasileiro; desmatamento da Amazônia, com poucas decisões de investimento em novas plantas produtivas. (Brandão, 2016, 1115)

Este fortalecimento de atividades agro-exportadoras e, paralelamente desestruturação da industrialização brasileira transformaram e ainda estão transformando a realidade nacional.

A orientação macroestratégica por commodities e sua correspondente infraestrutura de logística está em elaboração e aperfeiçoamento desde a década de 1980 – ou mesmo antes, desde os “corredores de exportação de 1972” do governo militar – mas foi Eliezer Batista quem sintetizou os grandes eixos de crescimento do Brasil e da América do Sul, sob a encomenda do governo FHC. (Brandão, 2016, p. 1115)

Estes fenômenos entrecruzados e simultâneos permitiram a complexificação da sociedade brasileira, mas não erradicaram ou diminuíram a desigualdade e a pobreza. Pelo contrário, a complexificação da sociedade, por

---

meio da urbanização e, da industrialização, ampliaram as diferenças sociais, econômicas e de poder e as colocaram face a face nas grandes metrópoles brasileiras, e não aprofundaram o entendimento dos limites e das potencialidades do desenvolvimento social, político e econômico brasileiro.

A perda generalizada de dinamismo econômico e o alargamento dos desníveis socioeconômicos entre suas regiões foram determinados: pelo ambiente macroeconômico internacional; pelas opções equivocadas de política econômica; pela perda da qualidade sistêmica da atuação do Estado. (Brandão, 2016, p. 115)

O país, contudo não deixou de não ser desenvolvido, e os debates sobre desenvolvimento nacional, o papel do Estado no fomento de iniciativas, de melhorias políticas, sociais e econômicas no contexto social foi substituído por outras discussões como desenvolvimento local, territorial, governança, globalização, dentre outros.

Assim, conforme, Fiori, [...] durante a década de 1990 a crise socialista e a avalanche neoliberal arquivaram todo e qualquer tipo de debate desenvolvimentista [...] (Fiori, 2014, p. 218)

Ao final da década de 1990, no entanto, autores, professores e pesquisadores buscam retomar as discussões sobre Desenvolvimento e, sobre a importância dos instrumentos de regionalização para alcance de propostas nacionais. Tânia Bacelar Araujo se apresenta como referência nestas discussões.

Entendo que ainda é possível retomar a construção da nação brasileira com base numa abordagem de desenvolvimento comprometido com o resgate e a afirmação da cidadania. Mas continua sendo indispensável a presença ativa e articuladora do Estado na cena nacional. (De Araujo *apud* Brandão, 2007) (Brandão, 2007, s.p)

A partir dos anos 2000, os problemas da desigualdade e miséria não solucionados por modelos de privatizações, a industrialização em queda, o enriquecimento desigual das regiões, e todos os processos de aprofundamento dos problemas e mazelas sociais gerados pelo modelo neoliberal, bem como as propostas de um novo governo, liderado por um sindicalista do movimento dos trabalhadores, que argumentava que o governo seria vinculado ao planejamento, que atrelaria políticas públicas como papel do governo federal,

---

que haveria maior atuação do Estado para a sociedade, fez suscitar novas discussões.

Com isso, autores como Bresser Pereira (2000) publicaram manifestos por um Novo Desenvolvimentismo, tentando aquecer o debate. No entanto, autores como Fiori (2014) vão escrever sobre a miséria do Novo Desenvolvimentismo como veremos a seguir.

### **3. A retomada da discussão sobre Desenvolvimento e Planejamento. De 2000 a 2014.**

Ao final da década de 1990 diversos países da América Latina alteraram o perfil dos representantes eleitos. Ocorreu uma transformação que representava a chegada no poder de presidentes com pautas e propostas apresentadas como progressistas. No Brasil o governo de Luís Inácio Lula da Silva e posteriormente de Dilma Rousseff, ocorridos no período entre 2003 a 2014 trouxe anseios e retomada de discussões sobre planejamento e desenvolvimento.

No que diz respeito, por exemplo, às universidades foram criadas 191 instituições considerando campi e universidades, sendo 18 universidades novas e 173 campi.

Quanto às questões vinculadas ao desenvolvimento, por exemplo, relacionadas às universidades, a partir de 2000 foram criados diversos programas de pós-graduação especialmente ligados ao tema Desenvolvimento Regional. Nesta direção, dos 19 programas ligados ao tema Desenvolvimento Regional, constantes na área PLURD da Capes, 18 programas foram criados após os anos 2000 e um criado em 1994.

No que concerne aos aspectos teóricos relacionados ao debate sobre desenvolvimento, Bresser Pereira se apresenta como uma referência, pois além de sua participação na produção intelectual brasileira, estimulado pela produção do ISEB, e por sua atuação burocrática nos governos de Fernando Henrique Cardoso, o referido pesquisador apresentou uma leitura do país e de futuro através das ideias de um Novo Desenvolvimentismo, apresentando para o debate novos esforços, bem como pensadores nacionais. O artigo 10 teses do Novo Desenvolvimentismo se apresenta como um documento que procurar promover o debate sobre estratégias de desenvolvimento nacional.

De acordo com Paulo Gala (2020) em seu endereço virtual,

---

Em Maio de 2010 um grupo de economistas de tradição keynesiana e estruturalista, liderados pelo ex-ministro e professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Carlos Bresser-Pereira, se reuniu em São Paulo para discutir teses de uma estratégia nacional de desenvolvimento capaz de encurtar o caminho para o desenvolvimento econômico. As teses desenvolvem o argumento apresentado no livro *Competição e Globalização* publicado por Bresser-Pereira em 2010. A reunião fez parte do projeto de governança financeira e desenvolvimento econômico financiado pela Fundação Ford. O projeto tem como pano de fundo o fracasso do consenso de Washington (liberalização, privatização e ajuste fiscal) em promover o desenvolvimento econômico na América Latina e a grande crise financeira de 2008 que mostrou ao mundo os limites e perigos envolvidos na globalização e na desregulamentação financeira. A reunião foi feita na esteira de uma das maiores crises financeiras da história, onde ficou evidente o impacto negativo da abertura desenfreada de mercados financeiros em diversas economias ao redor do globo. (GALA, 2017 <https://www.paulogala.com.br/nossas-teses-sobre-o-desenvolvimento-economico/>)

A partir deste entendimento assinaram o documento sobre as 10 teses do Novo Desenvolvimentismo<sup>6</sup> mais de 70 pessoas, dentre eles professores, pesquisadores, burocratas de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras. Para exemplificar seguem alguns nomes que integraram a lista: Luiz Gonzaga Belluzzo, Ricardo Bielchowsky, Luiz Carlos Bresser Pereira, Ha Joong Chang, Luciano Coutinho, Paulo Gala, Nelson Marconi, José Luis Oreiro, dentre outros.

Uma pesquisa sobre análise bibliométrica relacionada ao termo Desenvolvimento Regional na base científica Scopus por Aquino *et al.* (2019) apontou que a produção intelectual relacionada a esta expressão ganhou força após os anos 2000 em função de questões políticas, especialmente de políticas públicas ligadas às questões produtivas, sociais, infraestruturais consideradas instrumentos de desenvolvimento, e mais especificamente de desenvolvimento regional.

Brandão (2016) alegou, por sua vez, que a questão do desenvolvimento regional esteve em pauta após final da década de 1990 e início da década de 2000, quando foi desenhada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) I e II, em contexto de crescimento da inserção internacional da economia brasileira, com sérias repercussões sobre a dinâmica regional.

Outro fenômeno que também pode ser considerado como tentativa de retomada de projeto e diálogos sobre desenvolvimento foi o estímulo à

---

<sup>6</sup> Para acessar o documento e lista de pessoas que assinaram segue o endereço virtual: <https://www.scielo.br/j/rep/a/CFZ8xg7rqKrBGcF5fxmSy5H/?format=pdf&lang=en>

renovação dos usos das Superintendências Regionais, como SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUFRAMA e SUDESUL.

Em 2003 o então presidente Luís Inácio Lula da Silva afirmou que o planejamento estratégico deve ser compreendido como

"a verdadeira moeda forte de um país em construção". "Sem essa identidade estratégica, um país é apenas uma sombra sem corpo, um reflexo de interesses fragmentados, uma ausência de vontade própria diante das forças avassaladoras dos tempos de hoje." <sup>7</sup>

Paulo Pitanga do Amparo (2014), à época Coordenador Geral de Planejamento Estratégico da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional em Conferência denominada "Os desafios a uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil" apontou que,

É preciso, todavia, notar que desigualdades econômicas inter e intrarregionais não refletem apenas desníveis da capacidade produtiva das economias regionais, mas também desequilíbrios espaciais na oferta de emprego<sup>2</sup> e na disponibilidade de serviços públicos (educação, saúde, saneamento, transportes); na expectativa de vida ao nascer; na capacidade institucional dos governos subnacionais, etc... Daí se afirmar que acentuadas desigualdades regionais não se referem apenas à capacidade produtiva de um território *vis-à-vis* outro, mas expressam, igualmente, uma situação de iniquidade social, pois o lugar de nascimento passa a ser condição-chave de acesso a oportunidades de ascensão social e a uma vida digna. (Do Amparo, 2014, p. 177)

Desta maneira se pode compreender que as desigualdades brasileiras são construídas ao longo do tempo, de acordo com a formação social e econômica vivenciada no Brasil, e que estes processos têm reflexos profundos no espaço nacional brasileiro. Do Amparo continua, "[...] não parece caber dúvida de que as desigualdades regionais no Brasil são muito acentuadas e vêm de longa data, ou seja, são severas e igualmente persistentes no tempo. (Do Amparo, 2014, p. 181)

Nesta perspectiva, se faz necessário abordar o debate sobre desenvolvimento a partir de ideias, ideologias, formas de ver e organizar o mundo singulares, presentes em cada espaço com características específicas e diferentes em cada parte, em cada região.

---

<sup>7</sup> Conforme reportagem do jornal Folha de São Paulo que pode ser acessada no endereço virtual: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2907200302.htm>

---

Portanto, considerar a retomada de políticas regionais se fez exercício necessário a partir do entendimento da importância dos conceitos de planejamento e desenvolvimento, aqui, novamente se pode perceber o desenvolvimento como horizonte para o planejamento político, econômico e social do país e, ao mesmo tempo este exercício se transforma em condição necessária também para cada região do país.

Neste sentido, Milton Santos em seu artigo Planejando o Subdesenvolvimento e a Pobreza alega que sem o planejamento teria sido impossível atingir intromissão tão rápida e brutal do grande capital nas diferentes nações. O referido professor e pesquisador assevera que:

[...] Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais. (Santos, 2001, p.13)

Milton Santos (2001) argumenta também que os aspectos regionais da ciência e do planejamento se dão no sentido de avançar territorialmente com o modelo de atraso em todas as partes dos países corroborando com as disparidades sociais.

Desta maneira se pode considerar que embora discursos e estruturas para estimular o desenvolvimento no Brasil e na América Latina, bem como em seus diversos territórios nacionais se fizeram presentes, mas não são considerados discursos desprovidos de intenções, nem há consenso no entendimento destas formas de organização da sociedade e de sua economia, política, e espacialidades.

Uma política nacional de desenvolvimento considerando regiões foi organizada e implementada após os anos 2000 no Brasil. No entanto, os instrumentos de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, as superintendências não receberam recursos do poder executivo para continuidade de projetos, como se pode verificar no trabalho de Coelho (2017):

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e posteriormente a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), recriadas Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas durante o governo Lula, continuaram desprovidas de instrumentos efetivos de ação, tanto de recursos humanos e materiais quanto da legitimidade institucional para coordenar e

---

implementar planos regionais de desenvolvimento. (Coelho, 2017, p. 65 e 66)

Portanto, foram anos de retomada de discussão da importância do desenvolvimento, da referência ao desenvolvimento como horizonte utópico, do estímulo à institucionalização de políticas e órgãos vinculados a este tipo de projeto e ideias. Mas, sem necessariamente recursos financeiros para todas as ideias e projetos. As razões para falta de força para atender as pautas do desenvolvimento foram tornando-se compreensíveis à medida que setores condenaram as ações e destituíram do poder a presidente eleita “democraticamente” Dilma Roussef em 2014 com um golpe político.

A partir de 2014 com pressões mais acirradas e, em 2016 com o golpe finalizado através de um *impeachment*, as discussões sobre desenvolvimento, via planejamento estatal, via grandes obras do PAC, por exemplo, foram paralisadas e a agenda de discussão sobre os rumos do país se tornou difusa.

Em 2018, com a vitória nas eleições presidenciais do candidato Jair Messias Bolsonaro, uma ação mais vinculada à discussão sobre desenvolvimento pôde ser enxergada na criação do Ministério do Desenvolvimento Regional.

No entanto, mesmo que em termos de governo federal as ações não tenham sido diversas ou mais profundas, é possível perceber que paralelamente às instituições vinculadas ao Estado brasileiro ganharam força grupos de pesquisa, de estudos, ou grupos de estímulo a de construção de ideias, projetos, discursos, chamados "Think Tanks".

O documento *2020 Global Go To Think Tank Index Report*<sup>8</sup> produzido pela Universidade da Pensilvânia pontuou os Think Tanks mais importantes do mundo. No referido relatório constam 193 grupos brasileiros. De acordo com o relatório, um Think Tank pode ser compreendido como Think Tanks,

"organizações de análise e engajamento de pesquisa de políticas públicas que geram pesquisa orientada para políticas, análise e assessoria em questões nacionais e internacionais, permitindo que os formuladores de políticas e o público tomem decisões informadas sobre políticas públicas." (tradução nossa, p. 13)

Ainda de acordo com o estudo em questão, estas organizações podem ser organizadas em categorias como: autônomas e independentes,

---

<sup>8</sup> Para conhecer o relatório é possível acessar o endereço virtual: [https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1019&context=think\\_tanks](https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1019&context=think_tanks)

---

quase-independentes, afiliadas a governos, afiliadas a partidos políticos, e afiliadas à corporações e negócios com lucro assegurado.

Nos Estados Unidos há mais de 2000 organizações desta natureza. A China também contabiliza mais de 1400, Índia que contabiliza mais de 600 e, no Brasil a quantidade ainda é bem inferior, como citado anteriormente.

No entanto, mesmo não tendo um número expressivo de Think Tanks o Brasil aparece na lista das organizações mais importantes com a atuação da Fundação Getúlio Vargas e do Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI. A FGV<sup>9</sup> é uma instituição que apresenta como missão "estimular o desenvolvimento socioeconômico nacional", foi fundada em 1944 e apresenta como visão "Ser reconhecida como instituição inovadora, comprometida com o desenvolvimento nacional, pela formação de uma elite acadêmica, pela geração de bens públicos nas áreas sociais e afins, garantindo a sua sustentabilidade econômica com a prestação de serviços de qualidade e elevado padrão ético." O CEBRI<sup>10</sup> (Centro Brasileiro de Relações Internacionais) se apresenta como um think tank independente com mais de vinte anos dedicados a analisar o cenário internacional e a política externa brasileira.

Desta maneira é possível constatar que estes grupos estão vinculados a pensar política e economia nacional e também estimular desenvolvimento.

No que diz respeito aos grupos específicos articulados ao desenvolvimento, também se pode perceber dentro destas instituições ações em parcerias com órgãos do governo federal, como Instituto Brasileiro de Economia Aplicada - IPEA. Assim, dentre os movimentos atuais para discussão acerca do desenvolvimento se percebe a criação de novos grupos, instituições e mesmo ferramentas. Missão Desenvolvimento se apresenta como um "Podcast sobre desenvolvimento econômico no Brasil, na América Latina e no mundo". Trata-se de um canal de notícias e debates liderado pelo professor e pesquisador Paulo Gala, ligado ao grupo de Luiz Carlos Bresser-Pereira nos esforços de ampliar as discussões, retomadas e reorganizadas em torno do entendimento do desenvolvimento como importante para a sociedade. Este canal é articulado pela Associação dos Funcionários do BNDES que se apresenta como órgão "em defesa do desenvolvimento econômico e social do país." Para conhecer um pouco do teor das discussões destes ambientes, abaixo uma figura de apresentação deste canal.

---

<sup>9</sup> Para conhecer a proposta da Fundação Getúlio Vargas é preciso conhecer seu endereço virtual: <https://portal.fgv.br/institucional>

<sup>10</sup> Para conhecer a proposta do CEBRI é preciso acessar seu endereço virtual: <https://cebri.org/>



**Figura 01:** Cartazes para apresentação dos debates do Missão Desenvolvimento.

Fonte: <https://www.instagram.com/missaodesenvolvimento/>

Os cartazes acima apontam que há esforços de se retomar discussões a partir do Banco Nacional de Desenvolvimento acerca do papel do Estado e do papel do Banco de estímulo ao desenvolvimento, instrumento de realização das políticas estatais de desenvolvimento.

Cabe destacar que também existem grupos vinculados ao poder privado, mas também dedicados à discussão sobre desenvolvimento. Alguns exemplos são: Instituto Liberal, o Instituto Democracia e Sustentabilidade e Adial Brasil. O Instituto Liberal foi criado no início da década de 1980 e se apresenta como organização vinculada à difusão de ideias liberais no Brasil. O IDS se apresenta como organização que busca pautar os temas democracia e sustentabilidade como indissociáveis. A Adial Brasil se apresenta como instituição que busca propor investimentos regionais para impulsionar o desenvolvimento a partir da indústria da transformação e de setores como agronegócio, infraestrutura, energia e outros.

É importante considerar que como estas organizações não estão necessariamente vinculadas ao governo dos países, ou à instituições de ensino e pesquisa, elas tem liberdade de pautas para produção de seus estudos e análises. Há matérias jornalísticas brasileiras que co-relacionam estes grupos à difusão de ideologias e suporte à ações de partidos políticos. Camila Rocha, pesquisadora na área de Ciência Política em matéria específica sobre Think

Tanks, denominada "Nova Direita: think tanks, apoio externo, rede social" <sup>11</sup> aponta que:

“São poucos os analistas que conhecem o papel dos *think tanks*, mas são eles que facilitam a circulação de recursos, espaços físicos e mesmo virtuais, não só recursos financeiros como pessoais, muitas vezes com gente de fora, dos Estados Unidos, da Alemanha, Espanha”

Desta maneira, novamente se percebe que os temas desenvolvimento, desenvolvimentismo, novo desenvolvimentismo não se encontram definidos, nem em situação de consenso, mas se encontram como pauta e agenda de discussão que hora se aprofunda e hora se dissipa, desde meados de 1930.

Dentre os desafios se pode constatar a quantidade e diversidade de entendimentos, interesses, agentes, instituições envolvidas nas discussões, e a profundidade dos impactos das tomadas de decisões conforme posicionamentos ideológicos e entendimentos conceituais.

Agendas de debate sobre desenvolvimento com orientação capitalista ou considerando aspectos de orientação socialista, envolvendo elementos como sustentabilidade, desigualdades, pobreza, dentre outros temas paralelos também apontam a complexidade das discussões em torno do termo desenvolvimento que parece ser moldável, conforme interesses ideológicos diversos.

Contudo, considerar rumos do país, da sociedade, da economia, tratando o desenvolvimento como vindouro, parece ser para diferentes grupos, agentes, com distintos interesses, um exercício comum, e que não cessa.

## Considerações Finais

Considerar os desafios do desenvolvimento brasileiro na atualidade requer compreender como chegamos até o presente momento. Os desafios do desenvolvimento atuais necessitam ser analisados à luz das contradições sociais, políticas e econômicas constitutivas da sociedade brasileira. Trata-se, portanto, de articular movimentos teóricos, conceituais, analíticos e reflexivos que nos permitam tomar nossa própria condição de desenvolvimento como objeto. Condição *sine qua non* para alcançarmos efetiva compreensão dos desafios, dos limites, mas também de possíveis potencialidades de desenvolvimento.

---

<sup>11</sup> Para acessar a matéria completa segue o endereço virtual: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/nova-direita-think-tanks-apoio-externo-e-redes-sociais/>

Nesta direção, neste estudo procuramos demonstrar a intensidade do debate político, econômico e acadêmico sobre projetos de desenvolvimento ocorridos no Brasil, sobretudo a partir dos anos 30 aos dias de hoje. Pesquisas, estudos, escritos, diagnósticos e prognósticos indicando em certos momentos o protagonismo do Estado na implementação e condução de um projeto de desenvolvimento nacional, ora indicando a diminuição do Estado e, maior participação da iniciativa privada em projetos de desenvolvimento nacional são significativos e marcados por intensa disputa entre os mais diversos segmentos sociais dominantes.

Talvez se possa argumentar que as propostas de desenvolvimento nacional ao longo do século XX foram palco de intensas disputas, que mobilizaram os interesses das oligarquias agrárias e, da burguesia nacional ascendente. Entre as décadas de 1950 e 1960, as classes populares do campo e da cidade se posicionaram no debate exigindo reformas de base que articulassem um projeto de desenvolvimento nacional inclusivo de amplas camadas da população brasileira.

O golpe civil-militar de 1964-1984 interrompeu (solução de continuidade) as possibilidades do desenvolvimento nacional com a participação popular. A ditadura foi fundamental para o acordo entre oligarquias agrárias, burguesia nacional e interesses estratégicos do capital internacional no controle da dinâmica produtiva e econômica brasileira.

Ao que tudo indica, mesmo reconhecendo os esforços do novo desenvolvimentismo no âmbito da inclusão social, tudo indica os anos a partir de 2013 significaram novos esforços e alianças políticas internacionais para diminuir, silenciar, conter e oprimir tentativas de colocar em pauta novamente projetos de desenvolvimento com políticas, instituições, grandes obras, atuação do BNDES, dentre outros aspectos.

## **Referências**

ABDAL, Alexandre. Trajetórias regionais de desenvolvimento no Brasil contemporâneo: uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* [online]. 2020, v. 22 [Acessado 24 Julho 2021] , e202005. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202005>>. Epub 21 fev 2020. ISSN 2317-1529. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202005>.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer e Corrêa, Vanessa Petrelli. A CEPAL ainda é uma escola do pensamento?. *Revista de Economia Contemporânea* [online]. 2011,

---

v. 15, n. 1 [Acessado 4 Novembro 2022] , pp. 92-111. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590>

BARBOZA, Ricardo de Menezes, Furtado, Mauricio e Gabrielli, Humberto A atuação histórica do BNDES: o que os dados têm a nos dizer?. *Brazilian Journal of Political Economy* [online]. 2019, v. 39, n. 3 [Acessado 15 Novembro 2022] , pp. 544-560. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-35172019-2910>>

BAZZANELLA, S. L. GODOI, C. N. MARCHESAN, J. TOMPOROSKI, A. Desenvolvimento: conceito ou ideologia? Desenvolvimento: conceito ou ideologia? v.10, n.1, jan.-abr. 2022, p.57-79 *Desenvolvimento em Debate*, 2022. Disponível em: [https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/revista\\_dd\\_v10\\_n1\\_alexandre\\_tomporoski.pdf](https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/revista_dd_v10_n1_alexandre_tomporoski.pdf) Acesso em: maio de 2022.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_ (Coord.). Investimento e reforma no Brasil nos anos 1990, cap. 2. Brasília: Cepal-Ipea, 2002.

\_\_\_\_\_ . Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, C. A. Espaços da destituição e as políticas urbanas e regionais no Brasil: uma visão panorâmica. *Nova Economia*, [S. l.], v. 26, n. Esp, 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/3961>. Acesso em: 5 nov. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Do Iseb e da Cepal à Teoria da Dependência”. In:

TOLEDO, Caio Navarro (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. São Paulo: Revan, 2005

BRESSER-PEREIRA, Luic Carlos. Teoria Novo-Desenvolvimentista : uma síntese. *CADERNOS do DESENVOLVIMENTO*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19,

---

pp.145-165, jul.-dez. 2016. Disponível em:  
[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/teoria\\_novo-desenvolvimentista\\_0.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/teoria_novo-desenvolvimentista_0.pdf) Acesso em: novembro de 2022.

COELHO, V. L. P. A POLÍTICA REGIONAL DO GOVERNO LULA (2003-2010). Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Organizadores: Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antonio Brandão - Rio de Janeiro : Ipea, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8998/1/A%20Pol%c3%adtica%20regional.pdf>

De Paula, João AntônioFACE/UFMG, BDMG e Cedeplar: instituições do planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais. Nova Economia [online]. 2016, v. 26, n. spe [Acessado 6 Novembro 2022]

DE SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial. Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, 2013.

DIAS, Fernando Correia. Estado e Desenvolvimento em Minas Gerais. Revista Brasileira de

Estudos Políticos. Belo Horizonte, n. 25 e 71, julho, 1968, janeiro, 1965.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus-USP, 1965.

\_\_\_\_\_. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

\_\_\_\_\_. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro:Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, Bárbara; RAPOSO Rita. Evolução do(s) conceito(s) de desenvolvimento: um roteiro crítico. Cadernos de Estudos Africanos, n. 34, 2017, p. 113-144.

Disponível em: FERREIRA, Bárbara; RAPOSO Rita. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. Cadernos de Estudos Africanos, n. 34, 2017, p. 113-144.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2930/293055456006.pdf>

FIORI, J. L. *A ilusão do desenvolvimento*. Jornal Folha de São Paulo. Caderno Folha Mais. São Paulo, domingo, 24 de janeiro de 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3FjVzrk>. Acesso em: 09 nov. 2022.

---

FIORI, J. L. De volta à questão da riqueza de algumas nações. *In.*: IORI, José Luis (Org). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: vozes, 1999.

FIORI, J. L. Estado e desenvolvimento na América Latina. *Revista de Economia Contemporânea* [online], v. 24, n. 01, e202416, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rs7yyv>. Acesso em: 6 dez. 2021.

JABBOUR, E. DANTAS, T. A. ESPINDOLA, C. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A “NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO”, *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 17-42, mai./ago. 2020. <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2020v35n75p17>

PRADO, F. C. *A ideologia do desenvolvimento e controvérsia da dependência no Brasil Contemporâneo*. 168 f. 2015. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RIBEIRO, Darcy (1995) *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*, EDUSP, 1996.

SANTOS, M. *Economia Espacial. Críticas e Alternativas*, EDUSP, 2001.

SANTOS, T. *Democracia E Socialismo no Capitalismo Dependente*. ED. Vozes, 1991.

SANTOS, Thetônio. *Socialismo o fascismo: El dilema latinoamericano*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1969.

\_\_\_\_\_ *Dependencia Y Cambio Social*. Santiago. Centro de Estudios SocioEconómicos da Universidade do Chile, *Cadernos de Estudos Sócio-Económicos* n. 11. 1970.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira e Costa, Fernando Nogueira da BNDES e o financiamento do desenvolvimento. *Economia e Sociedade* [online]. 2012, v. 21, n. spe [Acessado 6 Novembro 2022] , pp. 975-1009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590>

WEBER, Max. *Escritos Políticos*. Ed. WMF, São Paulo, 2014. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/366579/mod\\_resource/content/1/Weber%2C%20M.%20Escritos%20pol%C3%ADticos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/366579/mod_resource/content/1/Weber%2C%20M.%20Escritos%20pol%C3%ADticos.pdf)  
Acesso em: novembro de 2022.

---